

Jardim Gonçalves nega erro nas contas do BCP

Audição

O fundador do BCP e antigo presidente do banco afirmou ontem que as contas do banco foram sempre aprovadas pelos auditores, sem que tivesse sido detectado qualquer problema, e garantiu que o banco não cometeu qualquer erro ao não reflectir nas contas as offshores detectadas.

No julgamento do recurso das penas aplicadas pela Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (CMVM) a ex-gestores do BCP que decorreu ontem, Jardim

Gonçalves afirmou que "o processo vem dizer que as contas estavam erradas, mas as contas estavam certas. Não fui responsável pelos números, mas nunca me disseram que aquelas contas estavam erradas".

O antigo banqueiro assegurou que "as offshores não alteravam as contas" e que o banco não cometeu qualquer erro ao não reflectir nas suas contas as 17 offshores sem o último beneficiário conhecido, detectadas em 2002 pela própria instituição financeira. "Nas reuniões que tive com os au-



Jardim Gonçalves. Audição continua hoje

ditores, nenhuma resultou em qualquer reserva às contas do BCP, foi tudo aprovado e nunca houve qualquer problema", assegurou.

O antigo banqueiro sublinhou ainda que "houve várias falhas de mecanismos de controlo interno, que foram detectadas pelo banco. Não foi uma inspecção do Banco de Portugal nem da CMVM, mas sim o próprio banco - o que significa que se calhar não era um banco assim tão mau, e decidi agir e resolver o problema".

Quando questionado pela pro-

curadora sobre o objecto do processo, Jardim Gonçalves recorreu: "Não fui ouvido antes da acusação. Acho que nada faz sentido, tudo no banco foi bem feito, desde a concessão de crédito, de serviços financeiros inovadores, do serviço da banque assurance, do cross-selling." E concluiu: "A vida do banco ainda me interessa hoje, sou accionista desde o primeiro momento."

A audição a Jardim Gonçalves será retomada hoje no Tribunal da Pequena Instância.

TIAGO FIGUEIREDO SILVA

Acesso ao crédito trava crescimento

Têxtil pede mais facilidade no financiamento da banca e do Estado



Indústria levou à Aldândega do Porto algumas das suas melhores produções

ANA PAULA LIMA
ana.p.lima@dinheiroivo.pt

As restrições ao financiamento estão a travar a actividade da Indústria do têxtil e vestuário portuguesa. O sector está a conseguir aumentar as exportações, mas as empresas têm dificuldades de liquidez e não conseguem ter acesso ao crédito.

No 13.º Fórum da Indústria Têxtil, que decorreu ontem no Porto, durante o salão Modtíssimo, os industriais manifestaram o seu receio pelo impacto negativo que as dificuldades de acesso ao financiamento terá nas empresas.

"Há que melhorar o acesso a

financiamento e reduzir o seu custo, de modo a introduzir liquidez nas empresas e a capitalizá-las", defendeu o presidente da Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP), João Costa. O presidente da ATP salientou que, sem crédito, "torna-se impossível que as mesmas efectuem exportações e que invistam na sua expansão ou na melhoria da sua eficiência, ou seja, no aumento da sua rentabilidade".

Da parte da banca as notícias não são, contudo, as melhores. No debate, que teve como mote o tema "Aumentar exportações, Exportar valor. Ganhar Mundo", o administrador do BES, Jorge Martins, deixou claro que o próximo ano será mais difícil para as empresas.

"As boas empresas, com bons ratings e que dão mais garantias de reembolso do seu crédito, vão continuar a ter financiamento. As empresas menos boas terão apoio reduzido ou nulo", referiu o administrador.

Empresas estão a exportar mais mas sem crédito não têm liquidez para investir

O presidente da ATP destacou os números sobre a actividade do sector, que apontam para uma subida das exportações de 11,8% nos primeiros sete meses deste ano, face ao mesmo período de 2010, e que levam a associação a acreditar que, este ano, as vendas para o exterior vão atingir os 4 mil milhões de euros. A associação deixou ainda vários pedidos ao Governo, que se fez representar pelo secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, Carlos Oliveira. Entre as medidas mais urgentes está o lançamento de novas linhas do tipo PME Investe, capital de risco mais orientado para o desenvolvimento das empresas, e a manutenção dos apoios públicos aos seguros de crédito. ■

FUNÇÃO PÚBLICA Protesto em Lisboa dia 21 de Outubro

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública marcou um plenário geral para 21 de Outubro, seguido de um desfile em Lisboa, que contará com a presença de seis mil pessoas, disse Ana Avoila. A estrutura sindical vai emitir pré-aviso de greve para essa data, para permitir a deslocação a Lisboa dos trabalhadores. A iniciativa visa discutir "os ataques aos direitos dos trabalhadores da Função Pública" e decidir novas formas de luta.

GREVE EM ESPANHA Supressões na ligação Porto-Vigo

A greve parcial na transportadora ferroviária espanhola Renfe, contra a privatização da companhia, vai cancelar quatro horários da ligação Porto-Vigo, hoje e amanhã. Hoje, as partidas do Porto, às 7:55 e 17:55 horas serão realizadas apenas até Valença. A partida de Vigo prevista para as 19:37 horas será feita da estação de Valença. Amanhã, o comboio que deveria partir às 7:46 de Vigo sairá igualmente de Valença para o Porto.

COMBUSTÍVEIS Gasolina mais barata esta semana

Depois da Galp e da Cepsa ontem foi a vez da BP e da Repsol baixarem o preço da gasolina, tendo mantido os preços do gasóleo. Na BP, o preço da gasolina desceu ontem um centimo para 1,599 euros. Na Repsol, a descida foi de 1,5 centimos para 1,594 euros. No início da semana, a Galp e a Cepsa baixaram o litro da gasolina 1,5 centimos para 1,594 euros, sem mexer no preço do gasóleo.

Lista já soma mais de 44 mil devedores ao Fisco

Finanças

O Estado já recuperou cerca de 183,6 milhões de euros, de Janeiro a Agosto, em dívidas cobradas aos contribuintes, singulares e colectivos, incluídos na lista de devedores da Direcção-Geral dos Impostos, aumentando para 1,5 mil milhões de euros o valor recuperado desde 2006.

A actualização da lista ontem divulgada pelo Ministério das Finanças indica haver conta agora com 44 436 nomes, e acaba de inscrever mais 4654 contribuintes, dos quais 2264 são administradores e gerentes que foram "responsabilizados pessoalmente" pelos impostos em falta por terem "culpa na insuficiência de património" das empresas para pagarem ao fisco.

Desses 4654 contribuintes, mais de três quartos são pessoas singulares.

O maior número de contribuintes singulares incluídos agora na lista têm dívidas ao fisco no escalão mais baixo (entre os 7500 euros e os 25 mil euros), totalizando 1939 de um total de 3492 contribuintes singulares que passaram a integrar a lista.

O número de devedores sobe à medida que aumenta o valor da dívida, mas ainda assim surgem 274 com dívidas entre os 100.001 euros e os 250 mil euros, 120 contribuintes com dívidas entre os 250.001 e um milhão de euros e 25 no escalão mais elevado, com dívidas acima dos 1.000.001 euros.

A tendência é semelhante no caso dos contribuintes colectivos, onde 771 dos 1162 contribuintes estão entre os 10.000 e os 50.000 euros. Acima de um milhão de euros e até cinco milhões de euros, surgem 17 devedores e acima de cinco milhões e um euro, apenas um contribuinte colectivo. ■

Sector em números

2450

MILHÕES DE EUROS

Nos primeiros sete meses de 2011, as exportações subiram 11,8% para os 2,4 mil milhões de euros.

6996

EMPRESAS

O sector assegura 150 mil postos de trabalho. Em 2010, o volume de negócios foi de 6361 milhões de euros e as exportações de 3737 milhões de euros.